

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										<p><b>Política</b>  <b>[V.1268a; X.1330b; XI.1331]</b>  <b>Aristóteles</b></p>	Jan/ 2010
labeca		1 de 4									

[tradução: Mário da G. Kury. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.]

## Hipodamo

**V.1268a** – Hipodamo filho de Eurífon, um milésio, inventor da arte de planejar cidades e autor do projeto do Pireu (um tipo excêntrico em seu modo de vida por causa de seu desejo de distinguir-se das demais pessoas, a ponto destas acharem que ele vivia de maneira excessivamente extravagante; ele usava cabelos longos e adornos caros, embora as roupas nas quais ele os ostentava fossem baratas e de tecidos quentes, não somente no inverno mas também no verão, e procurava aparentar erudição nas ciências naturais em geral), foi o primeiro homem que, sem ser político militante, tentou discorrer sobre a melhor forma de constituição. A cidade proposta por Hipodamo se compunha de dez mil habitantes, divididos em três classes: uma de artífices, uma de agricultores e a terceira de defensores da cidade, devidamente armados. Ele dividia as terras em três partes: uma sagrada, uma pública e uma privada (as terras sagradas forneceriam as oferendas habituais aos deuses, as públicas supririam os alimentos para os defensores da cidade, e as terras privadas seriam de propriedade dos agricultores). Ele pensava que só existem três categorias de leis, pois os assuntos sobre os quais há processos judiciais seriam em número de três – ofensas, danos e homicídios. Ele também propôs que se criasse um único tribunal superior de apelação, ao qual seriam levados todos os processos judiciais que não fossem considerados bem julgados; os membros desse tribunal seriam escolhidos entre os cidadãos mais idosos. Hipodamo sustentava que o veredicto dos tribunais não deveria ser proferido pelo sistema atual de voto; cada jurado teria uma tabuinha na qual, se ele achasse que poderia dar um veredicto puro e simples de “culpado”, escreveria a penalidade; se parecesse que o veredicto poderia ser simplesmente “inocente”, deixaria a tabuinha em branco, e finalmente se julgasse o acusado culpado em alguns pontos, mas não em outros, registraria esta distinção, pois considerava insatisfatório o atual sistema legal, por forçar os jurados a cometer perjúrio, dando apenas um dos veredictos extremos. Ele propôs ainda uma lei segundo a qual quem descobrisse algo vantajoso para a cidade receberia honrarias, e também que os filhos de cidadãos mortos em guerra teriam o sustento assegurado pela cidade, supondo que tal medida nunca havia sido prevista em leis de outros povos (há, porém,

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										<p><b>Política</b></p>	<p>Jan/ 2010</p>
<p>labeca</p>	<p><b>[V.1268a; X.1330b; XI.1331]</b></p> <p><b>Aristóteles</b></p>	<p>2 de 4</p>									

leis desse tipo em Atenas e outras cidades). Os altos funcionários deveriam ser escolhidos pela assembleia do povo (o povo para ele se compunha das três classes já mencionadas, em que se dividia a cidade); os altos funcionários eleitos deveriam zelar pelos interesses da comunidade, dos estrangeiros e dos órfãos. Estas são muitas das instituições de Hipodamo e as mais importantes entre elas. Mas podem ser arguidas algumas dúvidas, primeiro quanto à divisão da massa de cidadãos. Os artífices, os agricultores e a classe armada participam todos do governo, embora os agricultores não tenham armas e, os artífices nem terras nem armas, passando estes a ser, portanto, praticamente escravos da classe armada. É impossível, então, sua participação em todas as funções, pois é inevitável que tanto os comandantes militares quanto os guardiães dos cidadãos, e de um modo geral os funcionários mais importantes, sejam escolhidos na classe armada. Ora: se eles não participam do governo da cidade, como podem ter uma atitude amistosa em relação à constituição? Pode-se dizer, conseqüentemente, que a classe armada será inevitavelmente mais forte que as outras duas. Mas isso não será fácil se ela não for numerosa, e se ela for, por que deixará as outras classes participarem do governo e terem poderes para designar os altos funcionários? Mais ainda: qual seria a utilidade dos agricultores para a cidade? Haverá necessariamente artífices (toda cidade necessita de artífices) e eles podem viver da prática de seus ofícios como em outras cidades; quanto aos agricultores, porém, seria razoável que eles construíssem uma parcela da cidade se fornecessem aos camponeses da classe armada o seu alimento. Na constituição de Hipodamo, todavia, eles têm suas terras próprias e as cultivam para si mesmos.

## Ágora

**X.1330b** – Já foi dito antes que a cidade, tanto quanto as circunstâncias permitam, deve dispor de meios de comunicação com o interior, com o mar e com todo o seu território. Quanto à localização da cidade, devemos desejar que sua situação seja favorável sob quatro aspectos: primeiro, como condição preponderante, o aspecto da salubridade; cidades situadas em declive no sentido do oriente, e exposta a ventos que sopram do levante, são mais salubres; como segunda condição, aquelas protegidas contra o vento norte, pois nelas o inverno é mais suave; entre outros aspectos, o local deve ser favorável tanto às atividades administrativas quanto às ações militares; em relação a estas, o local deve permitir a retirada fácil dos cidadãos e deve ser dificilmente acessível e sitiável

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										<p><b>Política</b></p>	<p>Jan/ 2010</p>
<p>labeca</p>	<p><b>[V.1268a; X.1330b; XI.1331]</b></p> <p><b>Aristóteles</b></p>	<p>3 de 4</p>									

pelo inimigo; deve haver no local abundância natural de nascentes e fontes, mas se estas não existirem, já foram descobertos sistemas de abastecimentos d'água mediante a construção de numerosos e grandes reservatórios de águas pluviais, a fim de que não falte água aos habitantes, se forem cortados os meios de comunicação com o resto do território, em caso de guerra.

Como temos de preocupar-nos com a saúde dos habitantes, e esta depende da boa localização seja quanto a um solo salubre, seja quanto a uma paisagem agradável e, em segundo lugar, do uso de águas salubres, estes aspectos devem merecer uma atenção nada negligente. Os elementos que usamos em maior quantidade para o corpo, e com mais frequência, contribuem preponderantemente para a saúde; a influência da água e do ar está neste caso. Sendo assim, nas cidades em cuidadas, se nem todas as fontes oferecem água igualmente pura e não há abundância de nascentes adequadas, o suprimento de água potável deve ser separado daquele destinado a outros fins.

Quanto às posições fortificadas, nem todas convêm igualmente a diferentes formas de governo; por exemplo, uma cidadela convém a um governo monárquico ou oligárquico, mas convém mais a um governo democrático uma posição fortificada situada em lugar plano; nenhum dos dois sistemas é conveniente a uma aristocracia, para a qual seriam preferíveis várias posições fortificadas esparsas. A disposição das residências particulares parece mais agradável e mais conveniente de um modo geral se elas se alinham em ruas retas, à maneira moderna, ou seja, a introduzida por Hipodamo; do ponto de vista da segurança em caso de guerra, todavia, é mais conveniente o sistema oposto, ou seja, como as cidades costumavam ser antigamente, pois a disposição irregular das casas dificulta a saída dos estrangeiros e a movimentação de invasores no interior da cidade durante os ataques. Deve-se, portanto, combinar as vantagens dos dois sistemas (isto é possível se as casas são dispostas da maneira que entre os agricultores alguns chamam “quincunce” no caso dos vinhedos), e não alinhadas em ruas retas em toda a cidade, mas somente em certos setores ou locais, pois assim haverá uma combinação harmoniosa de segurança e beleza. Em relação às muralhas, aqueles que afirmam que as cidades com pretensões a valorosas não devem tê-las, defendem uma noção praticamente ultrapassada e podem ver que os fatos refutam a obstinação vaidosa de tais cidades.

**XI.1331** – Convém que os edifícios consagrados ao culto dos deuses e aos repastos coletivos das altas autoridades sejam situados em locais apropriados,

<table border="1"> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> <tr><td></td><td></td><td></td></tr> </table>										<p><b>Política</b></p>	<p>Jan/ 2010</p>
<p>labeca</p>	<p><b>[V.1268a; X.1330b; XI.1331]</b></p> <p><b>Aristóteles</b></p>	<p>4 de 4</p>									

reunidos numa mesma zona, à exceção dos templos para os quais é prescrito um local especial pelas leis ou pelo oráculo pítico. O local será adequado se for bastante visível graças à excelência de sua situação e à sua posição proeminente em relação às partes adjacentes da cidade. É conveniente que abaixo deste local seja estabelecida uma ágora do tipo predominante na Tessália, chamada pelos tessálios de “ágora livre”; ela deve estar desembaraçada de qualquer mercadoria e, nela, nenhum artífice ou agricultor ou qualquer pessoa do mesmo nível terá permissão para entrar, a não ser que seja convocado pelas autoridades. O lugar será ainda mais agradável se nele forem construídos os recintos para a ginástica dos cidadãos mais idosos (convém que esta instituição também seja separada de acordo com as faixas etárias, e que alguns altos funcionários permaneçam entre os meninos, enquanto os cidadãos mais idosos ficam entre os altos funcionários, pois a presença dos altos funcionários gera a verdadeira modéstia e o respeito dos homens livres). A ágora para negócios deve ser diferente e separada da ágora livre, e instalada em local adequado para receber todas as mercadorias provenientes dos portos marítimos e do interior. Como a multidão de habitantes da cidade inclui sacerdotes e altos funcionários, convém que os recintos para os repastos coletivos dos sacerdotes sejam situados nas proximidades dos edifícios sagrados. Todos os altos funcionários que superintendem os contratos, o registro dos processos nos tribunais, as citações e outras matérias da mesma natureza, e também os encarregados da supervisão dos mercados e do chamado policiamento da cidade, devem instalar-se em edifícios adjacentes a uma ágora ou a algum lugar de reuniões públicas; esses lugares correspondem às cercanias da ágora de negócios (reservamos a ágora superior ao lazer, e a outra aos negócios indispensáveis). (...)